



Inclusão na perspectiva da educação básica pública: desafios e possibilidades

Inclusion from the perspective of public basic education: challenges and possibilities

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno ⁽¹⁾; Irene Carniatto ⁽²⁾

⁽¹⁾ ORCID: 0000-0003-3291-4221; Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil. Bolsista pela CAPES. taiane_nep@hotmail.com

⁽²⁾ ORCID: 0000-0003-1140-6260; Docente e pesquisadora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil. irene.carniatto@gmail.com

Todo o conteúdo exposto neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 04/05/2021; Aceito em: 06/06/2021; publicado em 01/08/2021. Copyright © Autor, 2021.

RESUMO: A educação na perspectiva da inclusão, ainda representa um desafio complexo, especialmente, pelos problemas enfrentados no sistema público. O principal objetivo deste estudo foi discutir o processo de inclusão escolar e sua relação com os desafios da prática docente na perspectiva da educação básica pública no Brasil. Trata-se de uma revisão de literatura narrativa, que adota a técnica de pesquisa bibliográfica e documental. Verificou-se que a inclusão escolar busca a educação para todos em um mesmo contexto, isso não representa a normalização da diferença, mas o entendimento dela como diversidade. Nesse contexto, fatores como: superlotação das salas de aula; insuficiência de materiais didáticos, acessibilidade arquitetônica e pedagógica; despreparo docente e inexecução das políticas públicas ainda são desafios na educação básica pública, determinantes do descumprimento dos princípios da Educação Inclusiva. Torna-se, portanto, caminho para a superação desses impasses a revisão dos currículos e projetos políticos pedagógicos, maiores investimentos financeiros para suprir as demandas, reestruturação das políticas públicas em consonância com a realidade das regiões, formação de professores, a criação de ferramentas para aprimorar o trabalho docente e, sobretudo a mudança de atitudes no reconhecimento e valorização do ser humano. Ela envolve a sociedade como um todo e necessita de condições específicas para ser colocada em prática, dentre tantas: a valorização da educação como prática de liberdade, o reconhecimento da diferença como potencial e o esforço coletivo na adequação de oportunidades de desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Escola, Políticas públicas, Prática docente.

ABSTRACT: Education on perspective of inclusion, it still represents a complex challenge, especially due to the problems faced in the public system. The main objective of this study was to discuss the process of school inclusion and its relationship with the challenges of teaching practice from the perspective of public basic education in Brazil. This is a review of narrative literature, which adopts the technique of bibliographic and documentary research. It was found that school inclusion seeks education for all in the same context, this does not represent the normalization of difference, but the understanding of it as diversity. In this context, factors such as: overcrowding in classrooms; insufficient teaching materials, architectural and pedagogical accessibility; teacher unpreparedness and non-execution of public policies are still challenges in basic public education, determinants of non-compliance with the principles of inclusive education. Therefore, it becomes a way to overcome these impasses by revising the curricula and political pedagogical projects, greater financial investments to meet the demands, restructuring public policies in line with the reality of the regions, training teachers, creating tools to improve the teaching work and, above all, the change in attitudes in the recognition and appreciation of the human being. It involves society as a whole and needs specific conditions to be put into practice, among many: the valorization of education as a practice of freedom, the recognition of difference as potential and the collective effort in adapting development opportunities.

KEYWORDS: School, Public policies, Teaching practice.

INTRODUÇÃO

O principal tema deste estudo é a inclusão escolar na atualidade. Desde a Antiguidade, as pessoas consideradas “fora do padrão” estabelecido eram caracterizadas de diferentes formas, até mesmo como possessão demoníaca ou castigo dos deuses. Nesse percurso, muitas pessoas eram excluídas de atividades sociais e escolares, devido às suas limitações e particularidades (LIRA; DIODATO; MARANHÃO, 2019).

Com o passar dos anos, leis, decretos e normativas foram criadas para estabelecer a minimização do atendimento educacional para esse grupo, alvo de discriminação. Entretanto, esses direitos, ainda hoje têm suas raízes no âmago do ideário documental, pois, na prática, muitas pessoas com necessidades educacionais especiais são vítimas de preconceitos e exclusão (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019). Infelizmente, a realidade é que grande parte das escolas públicas criadas

[...] a partir dos ideais da Revolução Francesa como veículo de inclusão e ascensão social, vem sendo em nosso País inexoravelmente um espaço de exclusão - não só dos deficientes, mas de todos aqueles que não se enquadram dentro do padrão imaginário do aluno ‘normal’. As classes especiais, por sua vez, se tornaram verdadeiros depósitos de todos aqueles que, por uma razão ou outra, não se enquadram no sistema escolar (GLAT, 2000, p. 18).

Não se pode negar que o Brasil transformou suas políticas de educação especial e isso auxiliou em diversos aspectos, a citar: favorecendo a garantia da matrícula em escolas regulares, o financiamento público e a melhoria dos recursos de acessibilidade na escola regular. Entretanto, o estabelecimento desses pressupostos, não significa que os problemas de exclusão e de garantia de acesso a uma educação de qualidade foram solucionados (MANTOAN, 2015). Longe disso, a inclusão ainda faz parte de um projeto complexo, que abrange não apenas a inserção da pessoa com necessidades educacionais especiais na escola, mas sim, seu acesso e permanência, com base em uma aprendizagem significativa, que considera o universo sociocultural do aluno.

De acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2020), no que refere às matrículas de pessoas com necessidades educacionais especiais em classes regulares, o Brasil, no ano de 2020 apresentou os seguintes números: na Educação Infantil foram 99.105 matrículas, no Ensino Fundamental 846.801, no Ensino Médio 140.141,

enquanto na educação profissional elas atingiram um patamar de 4.758, totalizando-se na educação básica 1.090.805, respectivamente. Essa realidade reflete um cenário de ampliação de acesso, passando a exigir a formação de profissionais capazes de atender aos diferentes grupos sociais.

A Educação Inclusiva compreende a educação especial dentro do ensino regular e tem a intenção de transformar a escola em um espaço para todos. Isso tem gerado muitas incertezas e representa um grande desafio para os docentes, porque, muitos desses profissionais não estão capacitados adequadamente para trabalhar a diversidade em sala de aula (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019).

Os princípios emanados pelas políticas de inclusão são, absolutamente, medidas fundamentais para a conquista de uma sociedade justa e de uma escola mais democrática. Todavia, são insuficientes, pois, no momento, a realidade aponta para um outro cenário, onde se vivencia um ensino público carente de recursos materiais e humanos, o aumento do abandono escolar nas séries iniciais, com professores exauridos e desmotivados, devido a sua formação inadequada, condições salariais e de trabalho (MELO; LIRA; FACION, 2012).

Além disso, a escassez de espaços físicos adequados, a falta de recursos pedagógicos específicos e a forma como esses alunos são vistos e tratados acaba limitando o processo inclusivo nas escolas (CATANANTE; LOPES, 2020). Dentro dessa conjuntura, é fundamental refletir sobre os desafios enfrentados na prática docente e quais medidas podem ser tomadas para reverter essa situação.

Nessa perspectiva, pensar o processo de inclusão escolar, representa considerar a educação daquelas pessoas que muitas vezes tem um ensino adequado e de qualidade negligenciado. Acredita-se, portanto, que a reunião de indicativos e perspectivas sobre a inclusão escolar desenvolvida na educação básica pública, pode ofertar um panorama geral, sobre as principais características fundantes deste processo e como poder-se-á traçar novas possibilidades para sua sistematização.

O principal objetivo deste estudo foi discutir o processo de inclusão escolar e sua relação com os desafios da prática docente na perspectiva da educação básica pública no Brasil.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa pode ser classificada como uma revisão de literatura narrativa sobre inclusão escolar na perspectiva da educação básica pública brasileira¹. Para tanto, empregou-se a técnica de pesquisa bibliográfica e documental, de cunho exploratório, desenvolvida entre os meses de outubro de 2020 e março de 2021.

Página | 3521

O caráter exploratório, empregado aqui, pode ser definido como aquele que pretende esclarecer, discutir e transformar conceitos. Ele ainda tem o objetivo de apresentar um panorama geral sobre determinada realidade (GIL, 2008). A pesquisa documental, também adotada na presente pesquisa, segundo Figueiredo (2008) utiliza materiais diversos como fonte de informação e esclarecimentos. Ela é desenvolvida com base em documentos oficiais, relatórios institucionais, fotos e outros.

Esta técnica adotada, foi desenvolvida pela revisão de alguns documentos legais específicos, como: Constituição Federal de 1988; Declaração de Salamanca de 1994; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008; Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista de 2012; Lei brasileira nº 13.146/2015 e do confronto desses com elementos referentes a inclusão escolar no Brasil.

Por sua vez, a pesquisa bibliográfica foi construída com base no estudo e análise de materiais elaborados por outros teóricos, especialmente livros e artigos científicos (OLIVEIRA, 2016). Esta etapa foi realizada a partir de duas bases de dados, sendo: Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Google Scholar, em que foram utilizadas como palavras-chave: Inclusão escolar; Educação básica; Rede pública.

Foram considerados artigos publicados a partir de 2000 com a temática da inclusão escolar. Este recorte temporal justifica-se pelo fato de que, no decorrer dos anos 2000, houve o alavancamento na promulgação de aparatos legais para a inclusão escolar no Brasil. O material coletado foi separado e arquivado, em conformidade com o objetivo geral da pesquisa. Em seguida desenvolveu-se a fase de leitura reflexiva, fichamento das informações e organização do estudo.

¹ O conceito de educação básica pública considerado neste estudo abrange a educação infantil, ensino fundamental e médio, mantidas pelo poder público municipal e estadual.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ato inicial de pensar no outro, na pessoa com necessidades educacionais especiais faz parte de um processo complexo, demorado (e, ainda não terminado!), marcado por lutas sociais ao redor do mundo. Esse processo de construção educacional inclusiva foi marcado pelas mudanças nas relações com as pessoas que tinham algum tipo de necessidade educacional especial. Mas, não tão distante dessa concepção, grande parte da sociedade ainda demonstra dificuldades em lidar com as diferenças (FIGUEIRA, 2017).

Muitas matrizes, de legitimação das lutas sociais pelos direitos, educação e dignidade, estão descritas em documentos mundiais importantes como na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) e Conferência Mundial de Educação para Todos (1990), por exemplo. Ao analisar a trajetória da Educação Inclusiva nota-se que a Declaração de Salamanca, assinada em 1994, também foi um dos principais marcos para aquelas pessoas que eram negadas. Este documento, descreve direitos básicos e uma educação igualitária para as pessoas com necessidades educacionais especiais, independentemente das particularidades.

Esse seria o passo principal para que outras legislações e políticas viessem a se estabelecer. Assim, a legislação projetada às pessoas com necessidades educacionais especiais, passou por transformações e melhorias ao longo dos anos, representando, portanto, uma resposta aos movimentos sociais que defendem os direitos dessas pessoas (GALLERY, 2017).

Entretanto, o conjunto de leis do Brasil pode ser compreendido como um discurso social em movimento construtivo ao lidar, aceitar e respeitar o outro e suas diferenças. Os documentos que dão legalidade à inclusão escolar ainda são recentes em âmbito nacional, cujos foram datados ainda no século XX. É, importante, dizer que muitos deles já se encontram adaptados, porque a inclusão está em evolução (GLAT, 2018) e, com isso, busca-se constantemente novas formas de atendimento, a partir de novas diretrizes e bases educacionais, com novos conceitos e fundamentos teóricos, que elucidam os temas envolvidos.

A Constituição Federal de 1988, apresenta-se como uma política com paradigma predominante de integração educacional, coerente com o momento histórico de sua promulgação, onde pouco havia se discutido em relação à Educação Inclusiva e a ideia de integrar era prevalente. Nela, essa concepção pretendia a igualdade de condições para o

acesso e permanência na escola e, para os alunos com deficiência, atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino. Para fins de esclarecimento

[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os estudantes com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo estudantes com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Estudantes com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar grande criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008, p. 11).

Assim, a luta dessas pessoas por um espaço na escola, pelo aprendizado democrático e o reconhecimento do seu potencial vão de encontro à garantia dos direitos fundamentais e sociais de cada ser humano, direitos que são essenciais à sua existência e desenvolvimento. Embora a Constituição Federal de 1988 tenha declarado que todas as pessoas são iguais ante à lei, sem qualquer forma de distinção ou preconceito, os esforços ainda prevalecem, porque, os mais pobres, com necessidades educacionais especiais, negros e outros, são marginalizados, em uma sociedade onde as práticas diárias têm levado à exclusão, ao abandono e humilhação (FRELLER et al., 2013).

Da mesma forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394, promulgada em 1996, reflete a importância de o aluno com necessidades educacionais especiais estar incluído à comunidade escolar, devendo o acesso e a permanência do aluno no sistema escolar ser assegurado pelo atendimento de inclusão. Entretanto, é preciso colocar os discursos em prática, porque a inclusão requer uma maior amarração entre o que se expõe na legislação e os subsídios que são oferecidos pelo poder público para realizá-la.

Ainda nessa ordem, tem-se a criação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que tem o objetivo de assegurar a inclusão escolar para alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino regular,

devendo a escola se adaptar para recebê-los e não o contrário (BRASIL, 2008, grifo nosso).

Essa política teve forte impacto quanto à reorientação da educação especial, tipificando-se como forte aliada na redução das desigualdades da educação formal, esclarecendo o papel do atendimento educacional especializado, a natureza das ações docentes e a forma de organização dos espaços escolares (NEVES; RAHME; FERREIRA, 2019). Essa política determinava muitas propostas para a transformação da organização da educação especial e do sistema de ensino público, onde defendia:

[...] acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

Sem dúvidas, ela é importante para o redirecionamento da Educação Inclusiva no Brasil. No entanto, para que suas recomendações possam ser realizadas de forma adequada, com a qualidade que se propõe é essencial maior investimento, formação docente e fortalecimento dos esforços coletivos, assim como o preenchimento de lacunas que ainda precisam ser consideradas, com base na realidade de cada escola (FIGUEIRA, 2017). Além do mais, essa política busca a promoção da inclusão com base na valorização da diversidade e, ao mesmo tempo, o atendimento das demandas educacionais específicas, com o intuito de evitar retrocessos na garantia daqueles direitos já assegurados.

Nesse sentido, outro dispositivo legal muito importante na perspectiva da inclusão é a Lei nº 12.764, sancionada em 2012. Ela institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, a qual prevê que pessoas com autismo tenham o direito de usufruir das políticas de inclusão.

No ano de 2015, também foi promulgada a Lei brasileira nº 13.146, que trata da inclusão da pessoa com deficiência e se entrelaça com o art. 5º da Constituição de 1988, onde se estabelece que “todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer

natureza”. Nela, mais especificamente no art. 27 se exibe a garantia do direito a educação ao longo de toda a vida das pessoas com deficiência. Todavia, torna-se

[...] evidente que a inclusão escolar também depende da mudança de concepção sobre a educação, a escola e o papel do professor, e não somente de artifícios legais. No entanto, o movimento de inclusão escolar deve proporcionar aos docentes, vias para uma reflexão crítica de sua formação e prática pedagógica (SCHINATO; STRIEDER, 2020, p. 187).

Dentro desse contexto, a Educação Inclusiva é muito mais ampla que a educação especial, pois não engloba apenas a pessoa com necessidades educacionais especiais, mas todos aqueles que são excluídos e reprimidos, como: negros, índios, quilombolas, migrantes, povos do campo e outros, que ficam à margem da escolarização. A inclusão na perspectiva educacional se volta para todos aqueles que são alvo de exclusão no processo de ensino e aprendizagem (SILVA, 2012).

A inclusão escolar abrange alunos que são marginalizados dentro da própria escola, que não se enquadram nos padrões e estereótipos do currículo oculto. Isso quer dizer que ela se preocupa também com os alunos que são rotulados, devido as suas particularidades e estilos de aprendizagem diferenciados (MANTOAN, 2015).

A expressão inclusão, ao contrário do que se pensa, não se desenvolveu com base na integração, pois integrar significa normalizar aquele que é “diferente”, para que ele possa se adequar a escola e/ou sociedade. Já incluir representa a adaptação de ambientes físicos, a reformulação dos projetos políticos pedagógicos, procedimentos administrativos e didáticos, de forma a atender a diversidade dos alunos na escola de ensino regular e facilitar o acesso ao currículo (GALLERY, 2017). Ela parte de ideia de que a vivência, a interação, a valorização e a aprendizagem coletiva são a melhor forma de beneficiar a todos.

A inclusão busca essa transformação para que todos, possam conviver e se desenvolver plenamente.

Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A Educação Inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no

ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já a inclusão é estar com, é interagir com o outro (MANTOAN; PRIETO, 2006, p. 96).

De modo mais específico, ela tem o objetivo de auxiliar os educadores e instituições escolares a permitir que todos os alunos, em sua identidade e diferença, possam aprender juntos e crescer em sociedade. A inclusão escolar repensa a escola, a comunidade, os objetivos da educação, movendo o foco da transmissão do conhecimento que foi acumulado pelos professores para o potencial e de acordo com as habilidades de aprendizagem que os alunos apresentam (GALERY, 2017). Com essas ações, a pessoa com necessidades educacionais especiais, garante seus direitos, como cidadão, de ter acesso aos bens científicos e culturais dentro do mesmo espaço que outros.

Trata-se de oferecer aos alunos, no percurso de sua vida escolar, possibilidades para a aprendizagem e desenvolvimento integral. Para isso, é fundamental romper com as desigualdades sociais e educacionais, com o preconceito e não reconhecimento das diferenças (MANTOAN, 2013). Faz-se necessário promover no interior da escola uma transformação de melhoria das condições de aprendizagem ofertadas.

No contexto da prática docente, significa atualização, formação docente e flexibilização dos conteúdos curriculares. Como a escola está em constante movimento é necessário que os professores estejam preparados para atuar com diversos públicos e para desenvolver um trabalho com segurança, qualidade e responsabilidade. No entanto

[...] a implantação de uma Educação Inclusiva ainda enfrenta desafios consideráveis, os quais recorrem especialmente sobre a formação inicial e continuada do professor, o que resulta em despreparo, e conseqüentemente numa prática educativa inoperante (SOUZA; MACHADO, 2019, p. 45).

O professor deve desenvolver seu trabalho sem igualar os alunos, contribuindo pedagogicamente com seu processo de aprendizagem. É ser receptivo ao novo e buscar meios para oferecer uma educação de qualidade para todos os alunos. Mas, sabe-se que isso não exige apenas do professor, mas da sociedade como um todo, as mudanças precisam ser concretas e constantes na maneira de conduzir o processo educacional (SILVA; CARVALHO, 2017).

Neste sentido, apesar de não se dirigir especificamente à inclusão escolar, a Teoria Freireana discute aspectos coerentes ao contexto em que ela se desenvolve. Trata

da importância de uma educação para todos e todas; entende a escola como local para pensar, dialogar, produzir a educação libertadora e autônoma, contra a homogeneização dos educandos (FREIRE, 2006).

Por este motivo, o processo de inclusão precisa minimizar as barreiras que impedem a atuação do aluno. De acordo com Padilha e Oliveira (2014) a Educação Inclusiva implica em práticas pedagógicas criativas, capazes de abranger todos os alunos, sem discriminação. Esse processo não pode deixar ninguém de fora do ensino regular, desde o início da vida escolar.

A inclusão escolar não considera apenas as individualidades, mas toda a diversidade humana existente no sistema escolar. No processo educacional, o professor tem papel fundamental, pois é capaz de influenciar a formação do ser humano. Ou seja, ele precisa estar preparado para atuar em acordo com o contexto atual, ofertando uma prática pedagógica capaz de contemplar todos os alunos (PADILHA; OLIVEIRA, 2014). Nesse sentido, a formação inicial e continuada desses profissionais precisa estar voltada à importância da democratização da e na educação.

Dentro da perspectiva da inclusão, o principal papel do professor é o de reorganizar os processos, modelos, técnicas e situações de aprendizagem, em coerência e articulação com o atendimento educacional especializado, cuja noção leve em consideração a diversidade de seus alunos. Essa competência envolve a reorganização do tempo e dos tipos de atividades planejadas para eles (MANTOAN, 2013).

Oferecer um ensino inclusivo, requer mais do que a mudança constante da prática pedagógica, implica no entendimento de que as diferenças presentes em sala de aula resultam num conjunto de fatores pessoais e socioculturais, de interações humanas. Em salas inclusivas torna-se indispensável analisar algumas características da ação docente:

As aulas atendem à diversidade de necessidades, interesses e estilos de aprendizagem dos alunos e alunas. Os conteúdos e as atividades de aprendizagem são acessíveis a todos os alunos e alunas. Desenvolve-se um conjunto de atividades que promovam a compreensão, a aceitação e a valorização das diferenças. Promove-se a participação ativa e responsável dos alunos e alunas ao longo de sua aprendizagem. As atividades estimulam a aprendizagem cooperativa entre os alunos e alunas. A avaliação estimula as conquistas de todos os alunos e alunas. O planejamento, o desenvolvimento e a revisão do ensino realizam-se de forma colaborativa. Os professores incentivam a participação e proporcionam apoio à aprendizagem de todos os alunos e alunas. As tarefas e os deveres de casa contribuem para

a aprendizagem de todos os alunos e alunas. Todos os alunos e alunas participam das atividades fora da sala de aula (DUK, 2006, p. 65-66).

No entanto, o docente deverá estar sempre atento às particularidades dos educandos, personalidade e faixa etária, criando meios capazes de auxiliar no seu desenvolvimento. Segundo Mantoan (2013), para que o professor seja capaz de organizar situações e gerir o espaço físico em sala de aula com o intuito de uma aprendizagem comum e de acesso às mesmas oportunidades educacionais ofertadas pela escola, ele deverá substituir a pedagogia tradicional por uma pedagogia de atenção, respeito e promoção da diversidade.

Esse processo também acaba exigindo uma nova postura por parte do docente. Portanto, outra incumbência do docente nesse contexto é a seleção, o desenvolvimento e a adaptação de recursos didáticos que possam colaborar com o processo de inclusão escolar e com a permanência do aluno na escola regular (MANTOAN, 2015).

A atualização do sistema tradicional e excludente é urgente. Ao lado dessa concepção, tornou-se uma inevitabilidade entender que há diferentes formas de aprender e trabalhar o ensino, contudo, existem, ainda, ambientes escolares que não têm sido capazes de acompanhar a proposta inclusiva. Outrossim, “[...] a proposta de execução da Educação Inclusiva mostra-se como um desafio no âmbito da formação docente, principalmente pela urgência em capacitar profissionais para a práxis pedagógica voltada para a inclusão” (CRUZ et al., 2020, p. 41918).

Similarmente, há outras barreiras para a efetivação da inclusão escolar, como: edificações escolares nada ou pouco adaptadas, sem rampas de acesso, banheiro adaptado e barras de apoio; mobiliários inadequados, como cadeiras e mesas não ajustadas em conformidade com as características dos alunos; salas de aulas com número elevado de alunos; insuficiência de recursos didáticos, equipamentos específicos e, também, a falta de profissionais especializados como: fonoaudiólogo, psicólogo, intérprete de Libras, professor especialista em educação especial e outros (SILVA, 2012). Apesar disso, a luta vale a pena, já que a inclusão pode beneficiar os alunos em suas interações sociais, progresso escolar e desenvolvimento de habilidades.

Dessa forma, é necessário sair da não aceitação, da comparação e valorizar as oportunidades, refletindo a ação docente, desenvolvendo e implementando estratégias e se ajustando ao modelo educacional inclusivo. Cada aluno precisa ter suas habilidades estimuladas, ultrapassando seus medos e desafios sem a resistência daqueles que os

cercam (SILVA; ROBERTO, 2019). Outra questão importante, seria a mobilização de toda a escola e da sociedade civil e política, em torno da efetivação de ações para o sucesso na aprendizagem dos alunos. Além das atitudes cotidianas, o desenvolvimento de reuniões, palestras, cursos e grupos de estudos, com base nos princípios da Educação Inclusiva torna-se fundamental.

Diante do processo de inclusão, o professor por meio de suas atitudes e ações cotidianas, deve criar condições de permanência, participação e desenvolvimento humano. Ele deve ser entendido como um estimulador da aprendizagem, que planeja, estuda, oferece atenção e respeito a todos os alunos, proporcionando a promoção da cooperação, amizade, motivação e conhecimento (PADILHA; OLIVEIRA, 2014).

Trabalhar com inclusão exige dedicação, compromisso, pesquisa e tempo. A necessidade de oferecer qualidade aos alunos da rede regular deixa evidente a premência de conhecer os alunos, visualizando suas habilidades, interesses, de forma a organizar “[...] processos de aprendizagem, bem como ser capaz de elaborar atividades, criar ou adaptar materiais, além de prever formas de avaliar os alunos para que as informações sirvam para retroalimentar seu planejamento e aprimorar o atendimento dos alunos” (BRITO et al., 2020, p. 44995) organizando um ensino abrangente, capaz de ampliar o potencial desses como pessoa e cidadão.

Entretanto, conforme afirma Lourenço (2010) as escolas estão passando por um modelo de transformação, de transição, com práticas integrativas para um novo modelo de Educação Inclusiva. Esse processo de transição não pode ser considerado algo rápido, fácil e simples. Pelo contrário, exige a reestruturação do sistema escolar, novas práticas pedagógicas e novas relações entre aluno, professor e conteúdos curriculares.

Embora a Educação Inclusiva venha se desenvolvendo, torna-se essencial enfatizar que a sociedade atual ainda não está integralmente preparada para conviver com as diferenças. Os processos inclusivos têm recebido muito destaque nas legislações, no meio acadêmico e nos debates da sociedade civil, porém, o que se verifica é a limitada aplicação daquilo que se defende, com práticas ocasionalmente segregativas e pouca eficiência no processo de ensino e aprendizagem (BIAZOTTO; BIAZOTTO, 2019).

O percurso escolar, precisa, à vista disso, incluir da melhor forma possível, construindo práticas democráticas e participativas, buscando informações e ofertando instruções, baseadas na formação acadêmica e humana. Se adaptar à realidade é um imperativo e função de todos, assim como a quebra de resistências, sobretudo, no ato de responsabilizar-se (SILVA; ROBERTO, 2019). A missão do sistema de ensino público

com a Educação Inclusiva reside na superação da exclusão e no atendimento adequado, sustentado pela socialização, equidade e justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por muitos anos o atendimento da pessoa com necessidades educacionais especiais aconteceu de forma paralela ao ensino regular, nessa época, se tornava a forma mais adequada para atender aqueles que não se enquadravam a um sistema de ensino rígido. As práticas enfatizavam aspectos relacionados às necessidades educacionais em detrimento às capacidades de cada aluno. A culpa pelo fracasso escolar, recaía sobre a pessoa, eximindo o sistema educacional da responsabilidade pedagógica de ensinar.

No entanto, nos últimos anos, o contexto geral da educação vem sendo entendido sob uma nova perspectiva, atrelado ao desafio de educar na complexidade de mundo e atuar com equidade em uma sociedade excludente. Desde então, os olhares voltaram-se para uma proposta desafiadora, a inclusão escolar, projetada ao desenvolvimento de todos, de um ensino diversificado, que respeite as especificidades e necessidades educacionais especiais de cada um.

Ainda é preciso readequar as orientações e práticas pedagógicas, para realmente oferecer a Educação Inclusiva de qualidade. As escolas regulares devem adotar características não apenas de acesso, mas também de permanência, oferecendo a educação escolar de forma equitativa. Observa-se que mesmo com as diretrizes inclusivas estando descritas na legislação, a evolução ocorre de forma lenta, pois, na prática, pouco se tem realizado para a efetivação de todos os preceitos defendidos.

Nota-se, sobremaneira, que a inclusão escolar possui uma dimensão que ultrapassa a instituição escola; refere-se a uma reorganização política, social, cultura e humana. Ter acesso ao ensino envolve a reafirmação do lugar de cidadão de direitos dentro de uma sociedade e a permanência significa a conquista ao conhecimento, à cultura; ela é a possibilidade de ser parte desse círculo.

Quanto ao papel do professor, nota-se que este precisa ter um perfil dinâmico, criativo, que luta pela quebra de preconceitos existentes no sistema escolar. Portanto, ele deve realizar um bom planejamento e executar práticas pedagógicas que utilizem ferramentas capazes de atender todos os alunos, sem segregar ou apenas integrá-los, ele precisa valorizar a diversidade e favorecer a inclusão.

Para que este processo se concretize e continue a evoluir, é fundamental que sociedade civil, governo e comunidade escolar sejam capazes de transformar a realidade. Todo o sistema deve criar mecanismos, tanto individuais, quanto coletivos de inclusão e valorização do indivíduo, como uma constante no processo de desenvolvimento daqueles que são alvo de exclusão.

Inclusão Escolar não é compaixão e muito menos um ato de bondade, mas sim um ato reconhecido legalmente, de cidadania e respeito ao ser humano. Simboliza o reconhecimento de que uma pessoa é diferente da outra e o respeito pelas individualidades de cada um. Enfim, a inclusão escolar precisa ser pensada dentro das regionalidades e as políticas públicas precisam ser pautadas na realidade do Brasil. Desta forma, recomenda-se o desenvolvimento de estudos que possam investigar a veracidade prática deste processo, nas diversas regiões do país.

REFERÊNCIAS

1. BIAZOTTO, L. F. C.; BIAZOTTO, L. H. Educação inclusiva e o ambiente escolar. *Revista Prospectus*, v. 1, n. 1, p. 117-127, 2019;
2. BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, 2016;
3. BRASIL. *Declaração de Salamanca*: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Brasília: MEC/SEESP, 1994;
4. BRASIL. *Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, Diário Oficial, 1996;
5. BRASIL. *Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Brasília: MEC/SECADI, 2008;
6. BRASIL. *Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012*. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, Diário Oficial, 2012;

7. BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, Diário Oficial, 2015;
8. BRASIL. *Anuário Brasileiro Da Educação Básica: 2020*. São Paulo: Moderna, 2020;
9. BRITO, M. R. et al. Um enfoque no trabalho docente com deficiente intelectual. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 7, p. 44984-45000, 2020;
10. CATANANTE, F.; LOPES, I. A realidade da inclusão no sistema regular de ensino. *Revista Científica Educ@ção*, v. 4, n. 7, p. 790-803, 2020;
11. CRUZ, E. R. M. et al. Formação docente no contexto da inclusão educacional. *Brazilian Journal of development*, v. 6, n. 6, p. 41905-41920, 2020;
12. DUK, C. *Educar na diversidade: material de formação docente*. 3.ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006;
13. FIGUEIRA, E. *O que é educação inclusiva*. São Paulo: Brasiliense, 2017;
14. FIGUEIREDO, N. M. A. *Método e metodologia na pesquisa científica*. 3.ed. São Caetano do Sul: Yendis Editora, 2008;
15. FREIRE, P. *Educação como prática da liberdade*. 29.ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2006;
16. FRELLER, C. C. et al. *Inclusão e discriminação na educação escolar*. Campinas: Alínea, 2013;
17. GALERY, A. *A escola para todos e para cada um*. São Paulo: Summus, 2017;
18. GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2008;
19. GLAT, R. Capacitação de professores: pré-requisito para uma escola aberta à diversidade. *Revista Souza Marques*, v. 1, n. 1, p. 16-23, 2000;
20. GLAT, R. Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, n. 1, p. 9-20, 2018;
21. LIRA, K. F. S.; DIODATO, J. R.; MARANHÃO, I. L. Percepção de estudantes surdos/as sobre as políticas de inclusão na educação básica e superior. *Educação, artes e inclusão*, v. 15, n. 1, p. 166-194, 2019;

22. LOURENÇO, É. *Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010;
23. MANTOAN, M. T. E.; PRIETO, R. G. *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2006;
24. MANTOAN, M. T. E. *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis: Vozes, 2013;
25. MANTOAN, M. T. E. *Inclusão escolar – O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Summus, 2015;
26. MELO, S. C.; LIRA, S. M.; FACION, J. R. Políticas inclusivas e possíveis implicações no ambiente escolar. In: FACION, J. R. (Org.) *Inclusão escolar e suas implicações*. Curitiba: InterSaberes, 2012. p. 49-70;
27. NEVES, L. R.; RAHME, M. M. F.; FERREIRA, C. M. da R. J. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 1, p. 1-21, 2019;
28. OLIVEIRA, M. M. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2016;
29. ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Paris: ONU, 1948;
30. _____. Assembleia Geral das Nações Unidas. *Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança*. Nova York: ONU, 1989;
31. PADILHA, A. M. L.; OLIVEIRA, I. M. *Educação para todos: as muitas faces da inclusão escolar*. Campinas: Papirus, 2014;
32. SCHINATO, L. C. S.; STRIEDER, D. M. Educação inclusiva: uma perspectiva sobre formação de professores de ciências. *Revista Hipátia*, v. 5, n. 1, p. 186-192, 2020;
33. SILVA, A. M. *Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos*. Curitiba: InterSaberes, 2012;
34. SILVA, N. C.; CARVALHO, B. G. E. Compreendendo o Processo de Inclusão Escolar no Brasil na Perspectiva dos Professores: uma Revisão Integrativa. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 23, n. 2, p. 293-308, 2017;
35. SILVA, C. A.; ROBERTO, C. Os desafios da educação inclusiva no ensino regular. *Revista Augusto Guzzo*, v. 1, n. 23, p. 213-218, 2019;

36. SOUZA, M. L.; MACHADO, A. S. Perspectivas e desafios da educação inclusiva: uma revisão bibliográfica. *Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco*, v. 9, n. 20, p. 24-49, 2019;

37. UNESCO. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien: UNESCO, 1990.